



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete da Presidência

Pregão Eletrônico n. 20/2026 - CIA 0004523-67.2026.8.11.0000

Assunto: Minuta de edital. Contratação de Serviço de envio de mensagens curtas de texto – SMS (Short Message Service), para usuários de telefonia móvel, incluindo o fornecimento de plataforma de gestão web, e suporte técnico e operacional pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, para atender o Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.

Vistos etc.

Trata-se do Pregão Eletrônico n. 20/2026, tendo por objeto a contratação de Serviço de envio de mensagens curtas de texto – SMS (Short Message Service), para usuários de telefonia móvel, incluindo o fornecimento de plataforma de gestão web, e suporte técnico e operacional pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, para atender o Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.

Os autos foram instruídos com expediente vinculado contemplando o Documento de Oficialização de Demanda (andamento n. 2) e **decisão favorável ao prosseguimento da tramitação do procedimento (andamento n. andamento n. 17).**

Por consequência, os autos foram autuados e registrados, bem como instruídos com o Estudo Técnico Preliminar (andamento n. 30), Termo de Referência (andamento n. 32) e estimativa de valor avaliado em R\$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais) para o período de 24 meses (andamento n. 33). De acordo com a Informação Orçamentária n. 107/2026, da Coordenadoria de Planejamento, a despesa encontra-se devidamente planejada no PTA 2026 (andamento n. 41).

A demanda foi julgada conveniente e oportuna pela Presidência em 07/04/2026 (andamento n. 50), ocasião em que se reconheceu que o serviço de SMS no âmbito deste Poder Judiciário está consolidado desde o ano de 2021, constituindo ferramenta estratégica para a transmissão ágil, segura e eficiente





ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete da Presidência

de informações críticas, com aplicação em diversos sistemas institucionais, tais como PJe, ITSM, IDP/Cerberus, GPSEM e plataformas de comunicação judicial e administrativa.

O Departamento Administrativo, então, juntou a planilha de despesas (andamento n. 57) e a minuta de edital em conformidade com o modelo padrão disponibilizado pela AGU (andamento n. 77).

Em seguida, a Assessoria Técnico-Jurídica de Licitação reconheceu a adequação da modalidade licitatória e a regularidade formal dos autos, mas apresentou apontamentos e recomendações de ajuste no Termo de Referência, anexo I do edital, a fim de garantir a legalidade, a competitividade e a vantajosidade da contratação. Confira-se:

“a) Retificar o item 3.3.1, para que a redação indique, de forma precisa, que a adjudicação ocorrerá pelo menor preço global/lote único, e não apenas “pelo menor preço”, em coerência com a própria estrutura do objeto, definido como item único e indivisível, e com a minuta do edital, que prevê licitação por lote único.

b) Corrigir a remissão legal constante do item 3.5.1, uma vez que ali se afirma que as condições de habilitação jurídica, fiscal, técnica e econômico-financeira decorreriam dos “artigos 63, 64, 65 e 66 da Lei 14.133/2021”, quando a própria minuta do edital trata a matéria à luz dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

Convém, portanto, harmonizar a referência normativa do TR com a disciplina legal e com o edital.

c) Harmonizar os requisitos de suporte técnico, pois o TR, em sua descrição do objeto e na cláusula de suporte e garantia, prevê suporte técnico em regime 24x7 e suporte operacional em horário comercial (8x5), ao passo que, nos itens 4.1.10, 4.4.2.4 e 13.1.3, consta que os serviços de suporte técnico devem corresponder ao





ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete da Presidência

padrão 8x5.

Convém uniformizar a redação para evitar dúvida interpretativa na fase de execução contratual.

d) Revisar o item 4.5, que afirma não se aplicar instrumento formal de solicitação por se tratar de “entrega em parcela única”, com recebimento provisório e definitivo, bem como indica que não se aplicam níveis de serviço exigidos.

A redação não parece inteiramente compatível com a natureza do objeto, que consiste em serviço contínuo pelo prazo de 24 meses, com pagamento mensal sob demanda, além de possuir IMR e parâmetros de desempenho. Convém adequar a redação à sistemática efetiva da contratação.

e) Retificar a remissão interna constante do item 4.9.5, que menciona o “item 35 – Sanções administrativas e procedimentos para retenção ou glosa no pagamento”, quando o capítulo pertinente, no TR, corresponde ao item 12.

f) Revisar o capítulo 11 – Reajustamento, especialmente dos itens 11.2, 11.3 e 11.4, para:

(i) aperfeiçoar a redação do item 11.2, que prevê rescisão unilateral em caso de “desproporcionalidade dos preços”;

(ii) eliminar a remissão ao item 4.4.14.3, que não foi localizado; e

(iii) compatibilizar a disciplina do reajuste com critério objetivo, data-base e índice previamente definidos, evitando-se exigir, para sua concessão, demonstração analítica própria de repactuação, salvo se houver justificativa específica no caso concreto.

g) Reavaliar a vedação genérica à participação de cooperativas, constante do item 7.2, para que haja motivação específica e compatível com a natureza do objeto, evitando-se formulação ampla sem fundamentação





ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete da Presidência

individualizada.

h) Por fim, ajustar a redação do item 9.1, para substituir a expressão “aquisição da solução” por “contratação da solução” ou “contratação do serviço”, em conformidade com a natureza do objeto licitado”.

Quanto à minuta do edital, foram tecidas as seguintes sugestões de aprimoramento:

“a) Corrigir a remissão interna constante do item 2.8 da minuta do edital, que faz referência ao “item 2.6.69”, devendo ser ajustada a numeração correta.

b) Ajustar a numeração dos subitens do item 7.10 da minuta do edital, tendo em vista a quebra de sequência identificada entre os subitens 7.10.3, 7.15.4 e 7.15.5.

c) Retificar a numeração do capítulo “DOS RECURSOS” na minuta do edital, porquanto, após o item 7. DA HABILITAÇÃO, o título foi repetido indevidamente como “7. DOS RECURSOS”, embora seus subitens estejam numerados corretamente como 8.1 e seguintes.

d) Alinhar o item 11.1 do edital, que dispensa a exigência de garantia de execução contratual, com os documentos da fase de planejamento, especialmente o mapa de riscos, no qual a garantia figura como medida preventiva. A presente observação não implica a necessidade de instituição da garantia, mas o aperfeiçoamento da motivação administrativa, de modo a conferir coerência entre os artefatos da contratação.

e) Adequar o Modelo de Proposta de Preços (Anexo III), a fim de compatibilizá-lo com o objeto efetivamente licitado. Isso porque a estrutura atualmente constante da minuta contém campos genéricos, como “Profissionais” e indicação de unidades (itens “1 und, 2 und, 3





ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete da Presidência

und”) que não refletem, com precisão, a contratação de serviço de envio de mensagens SMS em lote único.

Convém, assim, que o modelo passe a espelhar de forma clara a metodologia de precificação adotada no processo, contemplando a unidade de medida pertinente, o quantitativo estimado de mensagens e o valor global da contratação para o período de 24 meses, em consonância com a planilha de despesa e com o critério de julgamento previsto no edital” (Parecer n. 276/2026/ATJL - andamento n. 82).

Exsurgem, ainda, algumas sugestões de melhoria na minuta do contrato.

Dada à pertinência das considerações acima, este Presidente determinou no andamento n. 85 que os setores responsáveis levassem a efeito as ressalvas feitas pela assessoria jurídica ou, subsidiariamente, trouxesse justificativas técnicas para manutenção da atual redação, sem que isto implique em riscos à Administração.

Em cumprimento à deliberação Presidencial, o Núcleo de Aquisições da Coordenadoria de Tecnologia da Informação juntou o Termo de Referência atualizado, contemplando as sugestões de melhoria apresentadas pela assessoria jurídica, no andamento n. 97.

Por fim, no andamento n. 101, o Gerente Setorial de Licitações informou que a minuta do edital foi alterada, em conformidade com o parecer jurídico e última versão do Termo de Referência.

É o essencial.

Decido.

O artigo 29, da Lei n. 14.133/2021 estabeleceu que o pregão é a via adequada para a aquisição de bem ou contratação de serviço cujo objeto possua padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos





ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete da Presidência

pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. Confira-se:

“Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Parágrafo único. O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata a alínea “a” do inciso XXI do caput do art. 6º desta Lei”.

Na espécie, verifica-se que o objeto da licitação se enquadra na hipótese legal que permite a realização do pregão na sua forma eletrônica.

Destaque-se, ademais, que foram esgotadas as fontes ordinárias de pesquisa de preços e as recomendações formuladas pela Assessoria Técnico-Jurídica de Licitação foram acolhidas em sua totalidade.

Portanto, nos termos da Lei de Licitações, **APROVO** a última versão do Termo de Referência e o edital do Pregão Eletrônico n. 20/2026.

À Coordenadoria Administrativa para providências pertinentes.

Cumpra-se.

Assinado digitalmente

Desembargador **JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA**
Presidente do Tribunal de Justiça





Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi assinado eletronicamente, na plataforma de assinaturas do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.

Para assegurar a autenticidade e validar as assinaturas, utilize o endereço abaixo.

<https://validador.tjmt.jus.br/codigo/AD:16B40000-0AA5-0A58-6C56-08DEB519BA2C>

Código verificador - AD:16B40000-0AA5-0A58-6C56-08DEB519BA2C



Documento assinado por meio eletrônico, conforme MP 2200-2 de 24/08/2001.